

## INSTRUÇÕES

**1.** ESTE CADERNO DE PROVAS CONTÉM **20 (VINTE)** QUESTÕES OBJETIVAS DE **DIREITO** E **2 (DUAS)** QUESTÕES **DISSERTATIVAS**;

**2.** NA HIPÓTESE DE O CADERNO ESTAR INCOMPLETO OU COM QUALQUER DEFEITO FORMAL, O(A) CANDIDATO(A) DEVERÁ SOLICITAR IMEDIATAMENTE AO FISCAL MAIS PRÓXIMO QUE O SUBSTITUA. NÃO SERÃO DEFERIDOS RECURSOS BASEADOS EM DEFEITOS FORMAIS DO CADERNO DE PROVA;

**3.** SE O(A) CANDIDATO(A) CONSIDERAR QUE DETERMINADA QUESTÃO APRESENTA QUALQUER DEFEITO DE CONTEÚDO, DEVERÁ DELA RECORRER NO PRAZO PREVISTO PARA TANTO. NÃO SERÁ PRESTADO, DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA, ESCLARECIMENTO ALGUM RELATIVAMENTE A DEFEITOS DESSA NATUREZA OU QUANTO À INTERPRETAÇÃO DOS COMANDOS E DOS ITENS DAS QUESTÕES;

**4.** É VEDADA QUALQUER ESPÉCIE DE CONSULTA, BEM COMO A COMUNICAÇÃO COM QUALQUER PESSOA QUE NÃO OS MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ATUANDO NA APLICAÇÃO DA PROVA;

**5.** CASO O CANDIDATO TRAGA CONSIGO ALGUM APARELHO ELETRÔNICO, ESTE **DEVERÁ** PERMANECER **DESLIGADO** E GUARDADO CONSIGO.

**6.** NÃO SERÁ PERMITIDO O USO DE RELÓGIOS DIGITAIS E *SMARTWATCHES*.

**7.** A DURAÇÃO DA PROVA É DE **3 HORAS** IMPRORROGÁVEIS, INCLUÍDO O TEMPO PARA PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS. AO FINAL DESSE TEMPO, O(A) CANDIDATO(A) QUE NÃO ENTREGAR IMEDIATAMENTE O CADERNO DE PROVAS SERÁ CONSIDERADO DESISTENTE DA SELEÇÃO; O CANDIDATO **SOMENTE** PODERÁ SE AUSENTAR DO LOCAL DE PROVA **APÓS UMA HORA**, CONTADA DO EFETIVO INÍCIO DA PROVA;

**8.** CADA QUESTÃO DA PROVA OBJETIVA APRESENTA **CINCO** ALTERNATIVAS ( A,B,C,D,E );

**9.** MUITO IMPORTANTE: COMPETE UNICAMENTE AO(À) CANDIDATO(A), SOB SUA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE, PREENCHER O ESPAÇO DESTINADO ÀS RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA NO CARTÃO-RESPOSTA, QUE SERÁ O ÚNICO DOCUMENTO CONSIDERADO PARA CORREÇÃO. SERÃO CONSIDERADAS INCORRETAS MARCAÇÕES DUPLAS, RASURADAS OU EMENDADAS. NÃO HAVERÁ, EM HIPÓTESE ALGUMA, SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS EM RAZÃO DE ERRO DO(A) CANDIDATO(A);

**10.** NO CARTÃO DE RESPOSTAS, AS QUESTÕES ESTÃO REPRESENTADAS PELOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS. PREENCHA, TOTALMENTE, COM CANETA ESFEROGRÁFICA (TINTA AZUL OU PRETA) TODA A ÁREA CORRESPONDENTE À OPÇÃO DE SUA ESCOLHA, SEM ULTRAPASSAR AS BORDAS; BEM COMO, LEMBRAR DE **ASSINAR** O CARTÃO DE RESPOSTAS.

**11.** O CANDIDATO RECEBERÁ DUAS FOLHAS RESPOSTAS, UMA PARA CADA QUESTÃO DISSERTATIVA, QUE DEVERÃO SER ENUMERADAS PELO CANDIDATO. AO PREENCHER AS FOLHAS RESPOSTAS DAS QUESTÕES DISSERTATIVAS O CANDIDATO DEVERÁ RESTRINGIR-SE AO LIMITE DE LINHAS DA FOLHA.

**A INOBSERVÂNCIA DE QUALQUER UMA DESSAS INSTRUÇÕES OU DAS CONTIDAS NO EDITAL PODERÁ ACARRETRAR A EXCLUSÃO DO(A) CANDIDATO(A) DA SELEÇÃO.**

Nº DE INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

CADERNO DE PROVA

## **PROVA OBJETIVA**

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**1) A respeito das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais, assinale a alternativa correta.**

- a) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, desde que antes do início do processo judicial.
- b) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto se se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- c) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, mesmo nos casos de tutela provisória de urgência.
- d) Nos casos de processo que tramite em segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.
- e) A norma processual retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

**2) Em relação aos deveres das partes e de seus procuradores, assinale a alternativa incorreta.**

- a) É dever das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo abster-se de formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento.
- b) Caso pratiquem inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso, as partes, os seus procuradores e todos aqueles que de qualquer forma participem do processo sujeitam-se a multa de vinte por cento do valor da causa.
- c) O membro do Ministério Público que não cumprir com exatidão as decisões judiciais não se sujeita a multa, mas sua responsabilidade disciplinar deverá ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria.
- d) O representante judicial da parte não pode ser compelido a cumprir decisão em seu lugar.
- e) Considera-se litigante de má-fé aquele que proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.

**3) No que se refere às normas sobre formação, suspensão e extinção do processo no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.**

- a) Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, mas a propositura da ação só produz quanto ao réu o efeito de induzir litispendência depois que for validamente citado.
- b) Suspende-se o processo pelo parto ou pela concessão de adoção, mesmo quando a advogada responsável pelo processo não constituir a única patrona da causa.
- c) Suspende-se o processo pela arguição de impedimento ou de suspeição.
- d) Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição.
- e) Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.

**4) Quanto às disposições gerais sobre recursos, assinale a alternativa correta.**

- a) A interposição de recurso impede a eficácia da decisão.
- b) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, se atuar como fiscal da ordem jurídica.
- c) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- d) O prazo para a interposição dos recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.
- e) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, mesmo se distintos ou opostos os seus interesses.

<b>DIREITO PENAL</b>
----------------------

**5) Marque a alternativa correta:**

- a) de acordo com a maioria da doutrina, basta para que o crime se perfaça que o fato seja típico, antijurídico e punível.
- b) salvo os casos expressos em lei, não se admite punição por crime punido com dolo eventual.
- c) a lei penal mais benéfica editada em data posterior à prática do crime só pode retroagir até o trânsito em julgado da condenação, não se aplicando na fase de execução.
- d) o princípio da insignificância não encontra acolhimento na jurisprudência brasileira.
- e) o particular pode praticar crime de peculato em concurso de pessoas com servidor público.

**6) Marque a alternativa correta:**

- a) nos crimes contra o sistema financeiro, só podem ser agentes delitivos os empregados, sócios ou acionistas de instituições financeiras.
- b) o crime de falso testemunho pode ser cometido em depoimento no curso do inquérito policial.
- c) funcionário público não pode ser sujeito passivo de crime de injúria porque, pelo princípio da especialidade, configura-se o desacato.
- d) os crimes contra a ordem tributária sempre dependem de constituição definitiva do crédito tributário, de acordo com o Supremo Tribunal Federal.
- e) cabe suspensão condicional do processo nos crimes de pena máxima de até quatro anos, dolosos ou culposos.

**7) Marque a alternativa correta:**

- a) no concurso de pessoas, comunicam-se as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- b) a prévia reprovação das contas pelo Tribunal de Contas é condição de procedibilidade dos crimes de peculato próprio.
- c) a potencial consciência da ilicitude é elemento da culpabilidade, de acordo com o finalismo adotado no Código Penal brasileiro.
- d) no estelionato previdenciário, o dolo se presume.
- e) a perda do cargo público não pode ser estabelecida em sentença penal.

**8) Marque a alternativa correta:**

- a) no crime de roubo cometido com arma de fogo, a consumação depende do disparo da arma.
- b) a obtenção de vantagem para terceiro, não para o próprio agente, descaracteriza, por si só, o crime de estelionato.
- c) na apropriação indébita previdenciária, não é elementar típica o chamado dolo específico.
- d) o crime de corrupção ativa somente se consuma com a entrega da vantagem indevida ao funcionário público.
- e) diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma pela vontade do agente.

<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL</b>
---------------------------------

**9) Marque a alternativa correta:**

- a) é de 10 dias (cinco dias, contado em dobro para o Ministério Público) o prazo para oferecimento de denúncia se o indiciado estiver preso.
- b) é nulo o processo se o réu, regularmente intimado, não comparece ao interrogatório e ainda assim sofre condenação.

- c) o Ministério Público sempre atua como parte na ação penal privada.
- d) o inquérito é condição para a denúncia ou queixa.
- e) o princípio da indivisibilidade se aplica à ação penal pública incondicionada.

**10) Marque a alternativa correta:**

- a) os elementos do inquérito podem ser usados tanto para a condenação como para a absolvição do réu.
- b) cabe apelação da rejeição da denúncia, salvo se por inépcia.
- c) a prisão temporária e a prisão preventiva podem ser decretadas de ofício pelo juiz, a pedido do Ministério Público ou a pedido da Polícia.
- d) O princípio da obrigatoriedade da ação penal se aplica à denúncia, à queixa e à ação penal privada subsidiária da pública.
- e) o Ministério Público não tem legitimidade ativa para requerimento de liberdade provisória.

**11) Marque a alternativa correta:**

- a) não cabem embargos de declaração de sentença, somente de acórdãos.
- b) à Justiça Federal não compete o julgamento de contravenções penais.
- c) nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
- d) o Ministério Público deve arrolar testemunhas na proposta de transação penal, quando esta for cabível.
- e) o depoimento de testemunha arrolada pela defesa não pode ser usado para a condenação do réu.

**12) Marque a alternativa correta:**

- a) a prova emprestada pode ser aceita como válida no direito brasileiro.
- b) cabe ao réu se defender de todos os pontos da denúncia, sob pena de revelia e presunção de veracidade da acusação.
- c) o juiz não pode indeferir requerimentos de provas, desde que elas sejam lícitas.
- d) se o juiz der na sentença nova definição jurídica ao fato narrado na denúncia, julgará *extra petita*.
- e) é inepta a denúncia sem rol de testemunhas.

**13)** A Constituição Federal de 1988 reestruturou completamente o Ministério Público brasileiro. Nos artigos 127, 128, 129 e 130, 130-A da CF/88 foram estabelecidas a definição, as funções, os princípios, as garantias dos seus membros, as vedações, dentre outros pontos essenciais para o novo modelo institucional. Em relação as **funções institucionais do Ministério Público, assinale a FALSA:**

- a) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- b) representar judicialmente e prestar consultoria jurídica a entidades públicas, tais como, IBAMA, Caixa Econômica Federal, FUNAI, Ministérios.
- c) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- d) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição.
- e) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

**14)** O Supremo Tribunal Federal- STF, exercendo função de Tribunal Constitucional, foi responsável por decisões importantes que garantiram acesso a direitos da população LGBTQIA+. Assinale a letra que **NÃO corresponde a decisão do STF relacionado a garantia de direitos da população LGBTQIA+, ou seja, assinale a alternativa FALSA:**

- a) Decisão do STF reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar.
- b) Decisão do STF reconheceu a não recepção das expressões “pederastia ou outro” e “homossexual ou não” contidas no art. 235 do Código Penal Militar pela Constituição Federal de 1988.
- c) Decisão do STF reconheceu a homofobia e transfobia como crimes de racismo.
- d) Decisão do STF reconheceu a constitucionalidade de Lei municipal que previa a proibição de divulgação de material referente a questões de gênero e sexualidade nas escolas.
- e) Decisão do STF entendeu como inconstitucional o impedimento à doação de sangue por homens que mantêm relações sexuais com pessoas do mesmo sexo.

**15)** O controle de constitucionalidade é um conjunto de regras destinadas a verificar se os atos jurídicos estão em conformidade com a Constituição Federal. A Constituição Federal de 1988 - CF/88 adotou um sistema de controle jurídico de constitucionalidade das normas do Ordenamento Jurídico Brasileiro. No referido sistema, os juízes controlam a constitucionalidade das normas jurídicas do país. **Em relação ao controle de constitucionalidade jurídico estabelecido na CF/88, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Apenas a PGR é órgão legitimado para propor ações de controle concentrado perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) A CF/88 não prevê a ação de inconstitucionalidade por omissão.
- c) O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade apresenta-se com três espécies de controle judicial: controle difuso ou incidental; ação direta de constitucionalidade e de inconstitucionalidade; e ação direta interventiva.
- d) Conforme norma estabelecida na CF/88, o juiz de primeiro grau não pode declarar a inconstitucionalidade da lei, por via incidental.
- e) A ação direta de inconstitucionalidade, também chamada de ADIN, será proposta perante o Superior Tribunal de Justiça.

**16) Processo Legislativo** consiste no conjunto de atos realizados pelos órgãos do Poder Legislativo, de acordo com regras previamente fixadas, para elaborar normas jurídicas (emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias e outros tipos normativos dispostos no art. 59 da Constituição Federal de 1988). **Em relação ao Processo Legislativo, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A Constituição Federal de 1988 não prevê a possibilidade de projeto de lei por iniciativa popular.
- b) Os parlamentares não podem oferecer emendas aos projetos, excluindo, alterando ou inserindo artigos e outras disposições.
- c) Na Constituição Federal de 1988 apenas há previsão de Lei ordinária passar por análise de comissões temáticas permanentes ou temporárias da Câmara Legislativa ou do Senado Federal.
- d) Para a edição de Medidas Provisórias o Presidente da República não precisa observar os critérios de relevância e urgência.
- e) Não podem ser apresentadas Propostas de Emenda a Constituição para suprimir as chamadas cláusulas pétreas da Constituição (forma federativa de Estado; voto direto, secreto, universal e periódico; separação dos poderes e direitos e garantias individuais).

<b>DIREITO ADMINISTRATIVO</b>
-------------------------------

**17) Sobre o ato administrativo, assinale a assertiva correta:**

- a) Poderá visar a fins exclusivamente privados.
- b) Poderá ser anulado ou revogado por decisão judicial.
- c) Possui presunção de legitimidade absoluta.
- d) São necessariamente vinculados.
- e) Podem ser discricionários ou vinculados.

**18)** Compõem a Administração Pública Direta:

- a) as fundações.
- b) as sociedades de economia mista.
- c) as empresas públicas.
- d) os Ministérios da Educação e da Saúde.
- e) as autarquias.

**19)** Com relação aos contratos administrativos, e de acordo com o que dispõe a Lei n. 8.666/93, assinale a alternativa **errada**:

- a) O preço e as condições do pagamento podem ser omitidos no contrato celebrado pela administração com o licitante vencedor de licitação do tipo menor preço.
- b) A lei que rege as licitações permite à administração a alteração unilateral do contrato, se necessária e desde que justificadamente, em virtude de modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- c) A administração não pode celebrar contratos com prazo indeterminado.
- d) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- e) Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

**20)** Sobre controle da administração pública, assinale a assertiva **correta**:

- a) O Tribunal de Contas do respectivo Estado apreciará, para fins de registro, a legalidade das nomeações de agentes públicos para cargos comissionados de secretário do poder executivo municipal.
- b) O Tribunal de Contas exerce controle interno da administração pública quando aprecia a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, fazendo-o em virtude de atribuição conferida pela Constituição Federal.
- c) O controle da administração pública pode ser externo ou interno, respectivamente, quando praticado pela própria administração e quando realizado pelos demais poderes.
- d) No exercício do controle interno sobre seus próprios atos, a administração pode anulá-los, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, ou revogá-los, quando presentes razões de conveniência e oportunidade.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**PROVA DISSERTATIVA**

**QUESTÃO 01**

**Elabore uma dissertação sobre direitos e garantias fundamentais, abordando, necessariamente:**

- a) ao menos duas características dos direitos fundamentais;**
- b) a dupla dimensão – subjetiva e objetiva – dos direitos fundamentais; e**
- c) a relação entre as funções institucionais do Ministério Público e a sua atuação na defesa dos direitos fundamentais (máximo de 30 linhas).**

**QUESTÃO 02**

**Disserte sobre o princípio da legalidade penal. Aborde ao menos os aspectos da exigência de lei escrita, da vedação de analogia, da irretroatividade e da taxatividade, em até 60 linhas.**